



## Comunicado ao próximo Governo

Missão Escola Pública, movimento apartidário (mas não apolítico) de professores, acompanhou com atenção a campanha eleitoral e estudou cada um dos programas dos vários partidos, principalmente no que se refere à Educação.

Desde cedo referiu que, ainda que a maioria dos programas tenha apresentado algumas das reivindicações que constam do Manifesto que deu a conhecer aos partidos no dia 10 de fevereiro passado, no Largo do Carmo, nenhum reuniu a totalidade das medidas que se entendem indispensáveis à valorização da carreira docente e à salvação da Escola Pública.

Além dos programas eleitorais, Missão Escola Pública estudou também as ideias e reflexões que, no passado, alguns dos nomes que agora surgem como possibilidades a integrarem o ME revelaram. Desta forma, e mesmo antes do novo Governo tomar funções, informa que será essencial para que a serenidade regresse às escolas e não sejam agendadas ações de protesto no início da nova legislatura que, nos primeiros 60 dias desta, sejam implementadas as seguintes medidas, com carácter de urgência e sem desprimor de outras que se encontram expressas no seu Manifesto (que poderão ser atendidas posteriormente):

- Agendamento da recuperação de todo o tempo de serviço;
- Alteração ao atual modelo de Avaliação Docente;
- Eliminação das quotas de acesso aos 5.º e 7.º escalões;
- Alteração ao modelo de gestão, tornando-o democrático;
- Definição de ajudas de custo para os docentes deslocados;
- Anulação da possibilidade de recrutamento de professores por parte dos diretores, anulando esta ideia de reforço dos seus poderes autocráticos;
- Decretamento do fim das provas em formato digital;
- Implementação de medidas que visem combater o facilitismo e a indisciplina;
- Revisão do decreto que define a habilitação própria para a docência;

**“A Escola constrói Pontes.**

**Todos somos margem para  
ligar à Escola Pública.**

**Ajudem-nos a desbravar  
caminhos!”**



- Implementação de medidas que promovam uma verdadeira inclusão, quer de alunos com necessidades educativas especiais, quer de alunos estrangeiros;
- Agendamento de reuniões de trabalho cujo objetivo seja a substituição das aprendizagens essenciais por programas mais exigentes, bem como a redefinição da carga horária das diferentes disciplinas.

Ainda que eventualmente alguma das medidas acima possa não ser concretizável nos 60 dias apontados, Missão Escola Pública entende que será fundamental que, dentro desse prazo, se tomem medidas com vista à sua breve consecução, nomeadamente estabelecendo-se memorando com os sindicatos, em processo negocial.

Missão Escola Pública

**“A Escola constrói Pontes.**

**Todos somos margem para  
ligar à Escola Pública.**

**Ajudem-nos a desbravar  
caminhos!”**